第二條
在時間上的適用

經本行政法規修改的第37/2003號行政法規第十三條第六款的規定，僅適用於本行政法規生效後的骨殖箱及骨灰箱的使用權及續期申請。

第三條
廢止

廢止第37/2003號行政法規第十七條第三款。

第四條
生效

本行政法規自二零二六年六月一日起生效。

二零二五年九月十九日制定。

命令公佈。

行政長官 岑浩輝

Artigo 2.º

Aplicação no tempo

A alteração introduzida ao disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 37/2003 pelo presente regulamento administrativo aplica-se apenas aos requerimentos de concessão e renovação do direito de uso relativo a gaveta-ossário e a câmara de cinzas após a entrada em vigor do presente regulamento administrativo.

Artigo 3.º

Revogação

É revogado o n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento Administrativo n.º 37/2003.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

O presente regulamento administrativo entra em vigor no dia 1 de Junho de 2026.

Aprovado em 19 de Setembro de 2025.

Publique-se.

O Chefe do Executivo, *Sam Hou Fai*.

澳門特別行政區

第 13/2025 號行政法規

公共部門及實體的設置及組織架構的一般制度

行政長官根據《澳門特別行政區基本法》第五十條（五）項，經徵詢行政會的意見，制定本獨立行政法規。

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

Regulamento Administrativo n.º 13/2025

Regime geral de organização e estrutura orgânica dos
serviços e entidades públicos

O Chefe do Executivo, depois de ouvido o Conselho Executivo, decreta, nos termos da alínea 5) do artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, para valer como regulamento administrativo independente, o seguinte:

第一章**總則****第一條****標的及範圍**

一、本行政法規訂定澳門特別行政區公共部門及實體的設置及組織架構應遵守的一般制度，但不影響下款規定的適用。

二、下列機構的設置及組織架構，由專有法規規範，並補充適用經作必要配合後的本行政法規的規定：

- (一) 行政長官辦公室、司長辦公室及行政會秘書處；
- (二) 廉政公署及審計署；
- (三) 警察總局及海關；
- (四) 澳門特別行政區駐外辦事處；
- (五) 立法會輔助部門、終審法院院長辦公室及檢察長辦公室；
- (六) 澳門大學、澳門理工大學及澳門旅遊大學；
- (七) 離島醫療綜合體北京協和醫院澳門醫學中心。

第二條**基本原則**

設立、重組、合併及撤銷公共部門及實體應遵守下列原則：

- (一) 職能明確原則：在組織法規中明確訂定公共部門及實體的職責、權限及責任，避免職能重疊或缺失；
- (二) 精簡高效原則：性質相同或相近，又或關係密切的職能集中由同一公共部門及實體履行，並按照該公共部門及實體的職能合理地配置其架構及人員；

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****Objecto e âmbito**

1. O presente regulamento administrativo estabelece o regime geral que deve ser observado na organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos da Região Administrativa Especial de Macau, doravante designada por RAEM, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. A organização e estrutura orgânica dos seguintes organismos são reguladas por diploma próprio e regem-se, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, pelo disposto no presente regulamento administrativo:

- 1) O Gabinete do Chefe do Executivo, os Gabinetes dos Secretários e o secretariado do Conselho Executivo;
- 2) O Commissariado contra a Corrupção e o Commissariado de Auditoria;
- 3) Os Serviços de Polícia Unitários e os Serviços de Alfândega;
- 4) As Delegações da RAEM;
- 5) Os Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa, o Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância e o Gabinete do Procurador;
- 6) A Universidade de Macau, a Universidade Politécnica de Macau e a Universidade de Turismo de Macau;
- 7) O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Centro Médico de Macau do *Peking Union Medical College Hospital*.

Artigo 2.º**Princípios fundamentais**

A criação, reestruturação, fusão e extinção dos serviços e entidades públicos devem obedecer aos seguintes princípios:

- 1) Princípio da clarificação das funções: definir, com clareza, no diploma orgânico as atribuições, competências e responsabilidades dos serviços e entidades públicos, evitando a sobreposição ou omissões funcionais;
- 2) Princípio da simplificação e eficiência: concentrar no mesmo serviço e entidade público, para a sua prossecução, as funções de natureza idêntica ou semelhante, ou de relação estreita, proceder racionalmente à respectiva organização de estrutura e afectação de pessoal de acordo com as suas funções;

(三) 相互配合原則：各公共部門及實體互相合作處理涉及跨部門的事務，並可設置相應的工作協調機制，以體現澳門特別行政區政府的整體性；

(四) 創新服務原則：持續評估並採取適當措施，尤其是智能化、市場化與社會化手段，以提升公共服務的效率及質量，促進管理制度創新。

第三條 統籌部門

一、行政公職局為負責統籌本行政法規執行的實體，負責協調及評估按本行政法規的規定而開展的設立、重組、合併或撤銷公共部門及實體的工作，以及監察本行政法規的執行情況。

二、為執行上款所指的工作，行政公職局具下列職權：

(一) 分析公共部門及實體的設立、重組、合併或撤銷的方案，就擬設立、重組或合併的公共部門及實體的職能、架構、人員配置及服務提供流程管理方式等內容發表意見及提出建議；

(二) 實地考察公共部門及實體，以瞭解其運作流程；

(三) 要求公共部門及實體提供資訊、文件及其他資料；

(四) 適時檢視現有公共部門及實體的職能、架構及人員配置，提出優化方案和計劃；

(五) 為執行本行政法規，向公共部門及實體發出指引。

第四條 其他實體

一、行政公職局按上條第二款（一）項的規定發出的意見或建議，尚應附同財政局因應相關方案引致的財務負擔而發出的財務分析意見；為此，行政公職局應將有關方案及附同參考資料送交財政局，以便該局發表意見。

3) Princípio da cooperação mútua: tratar os assuntos inter-serviços mediante cooperação mútua entre os serviços e entidades públicos, podendo criar os correspondentes mecanismos de concertação de trabalho, a fim de reflectir a unidade do Governo da RAEM;

4) Princípio de prestação de serviços inovadores: proceder à avaliação contínua e adoptar medidas adequadas, nomeadamente, os meios inteligentes, de mercado e sociais, para aumentar a eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados e promover a inovação do regime de gestão.

Artigo 3.º

Serviço de coordenação

1. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, doravante designada por SAFP, é a entidade responsável pela coordenação na execução do presente regulamento administrativo, sendo responsável pela concertação e avaliação, nos termos do disposto no presente regulamento administrativo, dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de criação, reestruturação, fusão ou extinção dos serviços e entidades públicos, bem como pela fiscalização da execução do presente regulamento administrativo.

2. Para efeitos de execução dos trabalhos referidos no número anterior, compete ao SAFP:

1) Analisar projectos de criação, reestruturação, fusão ou extinção dos serviços e entidades públicos, emitindo parecer e sugestão sobre as funções, estrutura, afectação de pessoal e forma de gestão dos procedimentos da prestação de serviços, entre outros aspectos, dos serviços e entidades públicos a criar, a reestruturar ou a fundir;

2) Visitar o local das instalações dos serviços e entidades públicos para conhecer os seus procedimentos de funcionamento;

3) Solicitar, aos serviços e entidades públicos, a prestação de informações, documentos e outros elementos;

4) Proceder à revisão oportuna das funções, estrutura e afectação de pessoal dos serviços e entidades públicos existentes e apresentar projecto e plano de optimização;

5) Para efeitos de execução do presente regulamento administrativo, emitir orientações aos serviços e entidades públicos.

Artigo 4.º

Outras entidades

1. O parecer ou sugestão emitido pelo SAFP, nos termos do disposto na alínea 1) do n.º 2 do artigo anterior, deve ainda ser acompanhado do parecer de análise financeira emitido pela Direcção dos Serviços de Finanças, doravante designada por DSF, em função dos encargos financeiros resultantes do projecto em causa, devendo, para o efeito, o SAFP submeter à DSF o respectivo projecto, acompanhado de documentos de referência, para que esta emita o parecer.

二、在有需要時，行政公職局尚可要求其他具權限公共部門及實體就上條第二款（一）項所指的方案發表意見。

2. Em caso de necessidade, o SAFP pode ainda solicitar a outros serviços e entidades públicos competentes a emissão de parecer sobre o projecto a que se refere a alínea 1) do n.º 2 do artigo anterior.

第五條
合作義務

Artigo 5.º
Dever de colaboração

行政公職局按照本行政法規的規定開展工作時，各公共部門及實體應按要求提供一切所需的協助，以及有義務與行政公職局合作。

No desenvolvimento dos trabalhos pelo SAFP nos termos do disposto no presente regulamento administrativo, os serviços e entidades públicos devem prestar todo o apoio necessário solicitado e têm o dever de colaborar com o SAFP.

第二章
政府部門

CAPÍTULO II
Serviços do Governo

第一節
一般規定

SECÇÃO I
Disposições gerais

第六條
設立及重組政府部門的準則

Artigo 6.º
Crítérios para a criação e reestruturação dos serviços do Governo

一、政府部門的職能應具多元性及屬恆常性，並具有其本身架構、人員編制及運作預算，但不影響第五款規定的適用。

1. As funções dos serviços do Governo devem apresentar natureza diversificada e permanente, e possuir uma estrutura, quadro de pessoal e orçamento de funcionamento próprios, sem prejuízo do disposto no n.º 5.

二、同時符合下列情況，方可設立新的政府部門：

2. Só pode ser criado um novo serviço do Governo quando se verificarem cumulativamente as seguintes situações:

（一）出現須由政府履行的新職能；

1) Quando tenha surgido uma nova função que necessita de ser prosseguida pelo Governo;

（二）現有政府部門未有履行與新職能相近的職能；

2) Quando os serviços do Governo existentes ainda não se encontrem a prosseguir funções semelhantes à nova função;

（三）難以透過調整現有政府部門的組織架構以履行新職能。

3) Quando seja difícil, através do ajustamento da estrutura orgânica dos serviços do Governo existentes, prosseguir a nova função.

三、設立或重組政府部門時，應按照其職能的內在關係、專業分工與流程管理準則等，合理訂定該部門的整體職能，且應通過職能融合、架構調整或業務流程簡化等，落實運作機制改革及實現效能提升。

3. Na criação ou reestruturação dos serviços do Governo, deve atender-se, nomeadamente, à relação intrínseca, à divisão profissional do trabalho e aos critérios de gestão de procedimentos inerentes às suas funções, para definir adequadamente as funções globais do respectivo serviço, devendo ainda através da integração de funções, ajustamento da estrutura ou simplificação dos procedimentos das actividades, entre outros, implementar a reforma do mecanismo de funcionamento e concretizar a elevação da eficácia.

四、政府部門應按政府施政的策略及實際需要，適時檢討其職能、組織架構及人員配置等，以決定是否提出重組、合併或撤銷的方案。

4. Os serviços do Governo devem, de acordo com as estratégias das acções governativas do Governo e necessidades concretas, proceder oportunamente à revisão das funções, estrutura orgânica e afectação do pessoal dos mesmos, entre outros aspectos, para decidir sobre a apresentação ou não do projecto de reestruturação, fusão ou extinção.

五、如擬設立的政府部門的職能屬恆常性，但其職責範圍單一時，則僅在獲行政長官批准後，方可例外地設立該政府部門。

5. Caso as funções do serviço do Governo a criar sejam de natureza permanente, mas com âmbito de atribuições único, só após autorização do Chefe do Executivo, pode ser criado, excepcionalmente, esse serviço do Governo.

第七條

政府部門組織法規

一、政府部門的組織法規應包括下列內容：

- (一) 性質及職責；
- (二) 監督實體；
- (三) 組織架構；
- (四) 領導機關及尚有的其他機關的職權；
- (五) 附屬單位的職權；
- (六) 人員編制。

二、政府部門及其附屬單位的名稱應在文義上顯示其特性，並應儘量配合其活動或業務性質的特點。

第八條

法律人格與自治權

一般情況下，政府部門均不具有法律人格，且不享有行政、財政及財產自治權，但法例另有規定者除外。

第九條

架構層級

一、政府部門均屬局級單位，並應設有適當數量的下列層級的附屬單位，但不影響第六款規定的適用：

- (一) 廳；
- (二) 處。

二、上款（二）項所指的處級附屬單位可直屬於政府部門，又或下設為廳級的附屬單位。

Artigo 7.º

Diploma orgânico dos serviços do Governo

1. Dos diplomas orgânicos dos serviços do Governo devem constar:

- 1) A natureza e as atribuições;
- 2) A entidade tutelar;
- 3) A estrutura orgânica;
- 4) As competências do órgão de direcção e de outros órgãos, quando existam;
- 5) As competências das subunidades;
- 6) O quadro de pessoal.

2. As designações dos serviços do Governo e das suas subunidades devem demonstrar, literalmente, as suas características e articular, na medida do possível, com as particularidades das suas acções ou da natureza das suas actividades.

Artigo 8.º

Personalidade jurídica e autonomia

Salvo disposição legal em contrário, os serviços do Governo, em regra, não possuem personalidade jurídica nem gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 9.º

Hierarquia da estrutura

1. Os serviços do Governo são unidades do nível de direcção de serviços e devem dispor de um número adequado de subunidades nos seguintes níveis hierárquicos, sem prejuízo do disposto no n.º 6:

- 1) Departamento;
- 2) Divisão.

2. A subunidade do nível de divisão referida na alínea 2) do número anterior pode estar na dependência directa de um serviço do Governo ou ser constituída como uma subunidade de um departamento.

三、基於特別理由，方可設立與第一款所指層級相同，但名稱不同的政府部門或附屬單位；在此情況下，須在有關部門的組織法規中明確規定其等同於第一款所指的任一層級。

四、領導及主管人員職位數目，須與組織法規訂定的單位及附屬單位數目相匹配。

五、上款的規定不適用於副局長職位的數目，但不影響下條第五款規定的適用。

六、第六條第五款所指的政府部門，如其人員規模不多於一百人，則可不下設任何附屬單位。

第十條

設立附屬單位的準則

一、附屬單位的職能劃分應以合理分工與流程管理為原則，把性質相同、相近或流程上密切相關的職能及工作集中在同一附屬單位執行。

二、廳級單位負責履行所屬部門的政策性目標和核心職能，包括具體政策的規範研究、規劃、建議、執行、監督及評估等工作。

三、經考慮廳級單位所負責的部門職能的執行性工作需要，以及該單位的業務量、工作複雜程度及人力資源等情況後，只有在認為有必要時，方可下設處級單位。

四、如擬設立的附屬單位是因應部門運作需要而提供輔助性工作，尤其是涉及行政事務、總務、人事、財政、資源管理、內部監察、資訊、法律、公共關係及翻譯業務，則其僅可設立為處級單位。

五、領導人員及內部架構的設置須與部門職能相匹配，且須遵守下列上限標準，但有特別理由且獲行政長官批准的情況除外：

(一) 人員規模二百人以下：兩個領導官職、兩個廳級及四個處級的附屬單位；

3. Só podem ser criados serviços do Governo ou subunidades de nível hierárquico igual ao referido no n.º 1, mas com designação diferente, quando razões especiais o justifiquem e nesse caso, desde que esteja expressamente definida, no diploma orgânico do respectivo serviço, a sua equiparação a qualquer um dos níveis hierárquicos referidos no n.º 1.

4. O número de lugares do pessoal de direcção e chefia tem de ser compatível com o número de unidades e subunidades fixado nos diplomas orgânicos.

5. O disposto no número anterior não se aplica ao número de cargos de subdirector, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo seguinte.

6. Os serviços do Governo referidos no n.º 5 do artigo 6.º, com dimensão do pessoal não superior a 100, podem não constituir qualquer subunidade.

Artigo 10.º

Critérios para a criação de subunidades

1. A divisão de funções das subunidades deve basear-se no princípio da divisão racional do trabalho e da gestão dos procedimentos, concentrando na mesma subunidade as funções e os trabalhos de natureza idêntica, semelhante ou com uma relação estreita aos procedimentos, a serem executados.

2. As unidades com nível de departamento são responsáveis pelo prosseguimento dos objectivos políticos e das funções nucleares do serviço a que pertence, incluindo, nomeadamente, o estudo normativo, o planeamento, a proposta, a execução, a supervisão e a avaliação das políticas concretas.

3. Só podem ser constituídas as unidades com nível de divisão, apenas quando se julgue necessário, e após consideração das necessidades de trabalhos de natureza executiva no âmbito das funções do serviço incumbidas à unidade com nível de departamento, bem como do volume das actividades, nível de complexidade dos trabalhos e recursos humanos dessa unidade, entre outros aspectos.

4. Quando a subunidade a ser criada se destine a prestação de serviços de apoio de acordo com as necessidades de funcionamento do serviço, nomeadamente as relacionadas com assuntos administrativos, assuntos gerais, pessoal, finanças, gestão de recursos, supervisão interna, informática, direito, relações públicas e actividades de tradução, a subunidade só pode ser criada enquanto unidade com nível de divisão.

5. A afectação do pessoal de direcção e a organização da estrutura interna têm de ser compatíveis com as funções do serviço e cumprir as seguintes regras de limite máximo, salvo nos casos em que haja razões especiais e autorização do Chefe do Executivo:

1) A dimensão de pessoal ser inferior a 200 pessoas: dois cargos de direcção, duas subunidades com nível de departamento e quatro subunidades com nível de divisão;

(二) 人員規模二百人至一千人：三個領導官職、六個廳級及十二個處級的附屬單位；

(三) 人員規模一千人以上：四個領導官職、八個廳級及十六個處級的附屬單位。

第十一條

從屬機構

一、基於下列原因，可設立等同廳級或處級附屬單位的從屬機構：

- (一) 提供特定公共事務管理或社會服務；
- (二) 相關職責在技術或運作上具獨立性。

二、為適用本行政法規的規定，從屬機構視為附屬單位，且不影響相關組織法規在遵守本行政法規下所訂的特別規定。

三、從屬機構的組織及運作的內部規章由所屬監督實體以公佈於《澳門特別行政區公報》（下稱“《公報》”）的批示核准。

第十二條

人員配置準則

一、政府部門的人員配置應在人員結構及職位數目上反映部門的需要，而該等需要按部門的性質、核心職能及工作量等作出評估。

二、政府部門應按上款所指的人員配置，合理分配各附屬單位的人力資源，並應確保工作人員預計所執行的職務與其職程相匹配。

第十三條

人員制度

一、一般情況下，政府部門的工作人員適用公職一般制度及其他適用的法例，但法例另有規定者除外。

2) A dimensão de pessoal variar entre 200 e 1 000 pessoas: 3 cargos de direcção, 6 subunidades com nível de departamento e 12 subunidades com nível de divisão;

3) A dimensão de pessoal ultrapassar 1 000 pessoas: 4 cargos de direcção, 8 subunidades com nível de departamento e 16 subunidades com nível de divisão.

Artigo 11.º

Organismos dependentes

1. Podem ser criados organismos dependentes equiparados a subunidades com nível de departamentos ou divisões, pelas seguintes razões:

- 1) Quando se trate de prestação de serviços de gestão de assuntos públicos específicos ou de serviços sociais;
- 2) Quando as respectivas atribuições gozem de independência técnica ou operacional.

2. Para efeitos do disposto no presente regulamento administrativo, os organismos dependentes são considerados como subunidades, sem prejuízo de disposições especiais previstas nos respectivos diplomas orgânicos para o cumprimento do presente regulamento administrativo.

3. O regulamento interno de organização e funcionamento dos organismos dependentes é aprovado por despacho da entidade tutelar a que pertence, a publicar no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*, doravante designado por *Boletim Oficial*.

Artigo 12.º

CrITÉrios para a afectação de pessoal

1. A afectação de pessoal dos serviços do Governo deve reflectir as necessidades do serviço em termos de estrutura do pessoal e do número de lugares, as quais são avaliadas de acordo com a natureza, a função nuclear e o volume de trabalho do serviço.

2. Os serviços do Governo devem distribuir racionalmente os recursos humanos das diversas subunidades, de acordo com a afectação de pessoal referida no número anterior, bem como assegurar que as funções previstas a desempenhar pelos trabalhadores sejam compatíveis com as suas carreiras.

Artigo 13.º

Regime de pessoal

1. Salvo disposição legal em contrário, aos trabalhadores dos serviços do Governo aplica-se, em regra, o regime geral da função pública e demais diplomas legais aplicáveis.

二、如部門因其職責或核心業務的特殊性，又或對人員能力及技能要求的獨特性而難以適用公職一般制度，方可例外地制定其專有人員通則。

三、上款所指的專有人員通則，應由公佈於《公報》的行政長官批示核准。

第二節 自治部門的特別規定

第十四條 自治部門

一、為適用本行政法規的規定，自治部門是指具有行政、財政及財產自治權的政府部門。

二、自治部門應設有下列機關，但不影響第十六條第二款規定的適用：

- (一) 局長及副局長；
- (二) 行政管理委員會。

三、自治部門尚可因應其財產、資源或其所作開支的規模，又或其職責、性質及目標的特殊性而設有其他機關，尤其是下列機關，但不影響第十七條第二款規定的適用：

- (一) 監察委員會；
- (二) 信託委員會。

四、自治部門可設有與以上兩款所指性質相同，但名稱不同的機關。

第十五條 自治部門機關成員

一、上條第二款（二）項及第三款（一）項所指的機關的成員可以兼任方式擔任職務，並由其中一名成員擔任主席，但不影響下條第二款及第三款規定的適用。

2. Excepcionalmente, pode ser elaborado um estatuto privativo de pessoal quando ao serviço em virtude da especificidade das suas atribuições ou actividades nucleares, ou das particularidades das exigências de capacidades e aptidões do pessoal, se revele inviável a aplicação do regime geral da função pública.

3. O estatuto privativo de pessoal referido no número anterior deve ser aprovado por despacho do Chefe do Executivo, a publicar no *Boletim Oficial*.

SECÇÃO II

Disposições especiais dos serviços autónomos

Artigo 14.º

Serviços autónomos

1. Para efeitos do disposto no presente regulamento administrativo, consideram-se serviços autónomos os serviços do Governo dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

2. Os serviços autónomos devem dispor dos seguintes órgãos, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 16.º:

- 1) Director e subdirector;
- 2) Conselho administrativo.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 17.º, os serviços autónomos podem ainda, em função da dimensão do seu património, recursos ou despesas que realizem, ou da especificidade das suas atribuições, natureza e objectivos, dispor de outros órgãos, nomeadamente:

- 1) Conselho de fiscalização;
- 2) Conselho de curadores.

4. Os serviços autónomos podem dispor de órgãos com a mesma natureza dos referidos nos dois números anteriores mas sob designações diferentes.

Artigo 15.º

Membros dos órgãos dos serviços autónomos

1. Os membros dos órgãos referidos na alínea 2) do n.º 2 e na alínea 1) do n.º 3 do artigo anterior podem exercer as suas funções em regime de acumulação de funções, sendo um deles o seu presidente, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo seguinte.

二、機關成員以及獲邀列席會議的人士，有權依法收取出席費，但另有規定者除外。

第十六條 行政管理委員會

一、除組織法規訂定的其他機關的職權外，自治部門行政管理委員會負責行使包括許可作出由本身預算承擔的開支在內有關管理財政及財產資源的職權，且不影響以下兩款規定的適用。

二、如屬下列情況，自治部門不設第十四條第二款（一）項所指的機關，則由行政管理委員會領導及管理該部門及行使上款所指的職權：

（一）部門的人員數量、財產、資源或其所作開支的規模龐大；

（二）部門的核心職能為專責管理特定公共用途的撥款。

三、上款所指的行政管理委員會內應包括若干以全職方式擔任職務、且等同局級或副局級領導的行政管理委員會成員，而該等成員的數目按第十條第五款所指的標準訂定。

第十七條 監察委員會

一、監察委員會負責監察自治部門的開支、財產及運作的合法性、合規範性及良好管理，其職權由組織法規訂定。

二、上條第二款所指的自治部門必須設有監察委員會。

2. Salvo disposição em contrário, os membros dos órgãos e as individualidades convidadas para assistir às reuniões têm direito a senhas de presença nos termos da lei.

Artigo 16.º

Conselho administrativo

1. Para além das competências de outros órgãos previstos em diploma orgânico, compete ao conselho administrativo dos serviços autónomos exercer as competências relativas à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, incluindo a autorização da realização de despesas por conta do orçamento privativo, sem prejuízo do disposto nos dois números seguintes.

2. Os serviços autónomos não dispõem de órgãos referidos na alínea 1) do n.º 2 do artigo 14.º, cabendo ao conselho administrativo dirigir e gerir o respectivo serviço e exercer as competências referidas no número anterior, quando se verificarem as seguintes situações:

1) O número de pessoal, bens, recursos dos serviços ou as despesas por si realizadas sejam extremamente volumosos em sua dimensão;

2) A função nuclear do serviço seja a de gerir exclusivamente as dotações destinadas aos determinados fins públicos.

3. No conselho administrativo a que se refere o número anterior, devem ser incluídos certos membros do conselho administrativo que exerçam funções a tempo inteiro e que sejam equiparados a dirigentes de nível de director ou subdirector, sendo o número desses membros fixado de acordo com as regras a que se refere o n.º 5 do artigo 10.º.

Artigo 17.º

Conselho de fiscalização

1. Compete ao conselho de fiscalização fiscalizar a legalidade, a licitude e a boa gestão das despesas, do património e do funcionamento dos serviços autónomos, sendo as suas competências determinadas por diploma orgânico.

2. Os serviços autónomos referidos no n.º 2 do artigo anterior dispõem obrigatoriamente de um conselho de fiscalização.

第三章**項目組****第十八條
設立項目組**

一、為實現臨時性或過渡性政策及任務，又或為籌設新的政府部門時，得以公佈於《公報》的行政長官批示設立項目組。

二、項目組的存續期最長為一年；如有需要，可透過上款所指的批示以相同或更短期間延長。

**第十九條
項目組組織法規**

項目組的組織法規應包括下列內容：

- (一) 目標；
- (二) 具體的任務或職責；
- (三) 監督實體；
- (四) 存續期；
- (五) 預算備付；
- (六) 存續期屆滿後獲分配或管理的財產、檔案、卷宗及其他文件的歸屬安排。

**第二十條
項目組人員組成**

一、項目組設一名局級領導及一名副局級領導，其分別等同於第15/2009號法律《領導及主管人員通則的基本規定》所規定的局長及副局長，但屬兼任的情況或上條所指的組織法規另有規定者除外。

二、項目組不下設任何附屬單位，亦沒有本身人員編制。

CAPÍTULO III**Equipas de projecto****Artigo 18.º****Criação de equipas de projecto**

1. Para a implementação de políticas e missões de natureza provisória ou transitória, ou preparação de criação de um novo serviço do Governo, podem ser criadas equipas de projecto, por despacho do Chefe do Executivo, a publicar no *Boletim Oficial*.

2. A duração máxima das equipas de projecto é de um ano, podendo ser prorrogada, quando necessário e mediante despacho referido no número anterior, por período igual ou inferior.

Artigo 19.º**Diplomas orgânicos de equipas de projecto**

Dos diplomas orgânicos de equipas de projecto devem constar:

- 1) Os objectivos;
- 2) As missões ou atribuições concretas;
- 3) A entidade tutelar;
- 4) A duração;
- 5) A cobertura orçamental;
- 6) O destino dos bens, arquivos, processos e demais documentos que lhe tenham sido atribuídos ou geridos, após o termo da sua duração.

Artigo 20.º**Composição de pessoal das equipas de projecto**

1. As equipas de projecto dispõem de um dirigente de nível de director e um dirigente de nível de subdirector, equiparados, respectivamente, aos cargos de director e subdirector previstos na Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia), salvo em caso de acumulação de funções ou disposição em contrário prevista no diploma orgânico referido no artigo anterior.

2. As equipas de projecto não constituem qualquer subunidade, nem têm quadro de pessoal próprio.

第四章 自治基金

第二十一條

自治基金組織法規

一、為適用本章的規定，自治基金是指具有法律人格，並在某個領域開展提供財政資助、資金分配或公共行政工作人員福利以達致某項特定政策或施政目標活動，以及由相關職能範疇的政府部門輔助其運作的機構。

二、自治基金的組織法規應包括下列內容：

(一) 性質及宗旨；

(二) 監督實體；

(三) 機關的組成、職權及運作；

(四) 提供技術、行政及後勤輔助支援，以及承擔運作所產生的財政負擔的政府部門。

三、自治基金不設任何附屬單位，亦沒有本身人員編制。

第二十二條

自治基金行政管理委員會

自治基金設有行政管理委員會，並具有下列職權：

(一) 編製本身預算及預算修改，並將之呈交監督實體核准；

(二) 在法定範圍內許可因貫徹基金宗旨所需的開支；

(三) 編製年度活動計劃、年度活動報告及年度管理帳目，並將之呈交監督實體核准；

(四) 編製資助計劃，並將之呈交監督實體核准；

(五) 就不屬其本身職權範圍但有利於基金妥善管理財務的措施，向監督實體提出建議；

CAPÍTULO IV

Fundos autónomos

Artigo 21.º

Diplomas orgânicos de fundos autónomos

1. Para efeitos do disposto no presente capítulo, consideram-se fundos autónomos os organismos, dotados de personalidade jurídica, que, no desenvolvimento de uma determinada área, concedem apoio financeiro, distribuição de fundos ou regalias dos trabalhadores da Administração Pública, para realizar actividades destinadas à prossecução de determinada política ou objectivo de governação, cujo funcionamento é apoiado pelos serviços do Governo da respectiva área funcional.

2. Dos diplomas orgânicos de fundos autónomos devem constar:

1) A natureza e as finalidades;

2) A entidade tutelar;

3) A composição, competências e funcionamento dos órgãos;

4) Os serviços do Governo que prestem apoio técnico, administrativo e logístico e suportem os encargos financeiros decorrentes do seu funcionamento.

3. Os fundos autónomos não constituem qualquer subunidade, nem têm quadro de pessoal próprio.

Artigo 22.º

Conselho administrativo de fundos autónomos

Os fundos autónomos dispõem de conselho administrativo, ao qual compete:

1) Elaborar os orçamentos privativos e as alterações orçamentais, submetendo-os à aprovação da entidade tutelar;

2) Autorizar as despesas necessárias à prossecução das finalidades dos fundos, no âmbito legal;

3) Elaborar os planos e relatórios anuais de actividades e as contas de gerência anuais, submetendo-os à aprovação da entidade tutelar;

4) Elaborar os planos de concessão de apoio financeiro, submetendo-os à aprovação da entidade tutelar;

5) Apresentar as propostas à entidade tutelar sobre as providências julgadas em favor da adequada administração financeira dos fundos que não caibam no âmbito das suas competências próprias;

(六) 議決所有與基金有關且依法屬其職權範圍內的其他事宜。

6) Deliberar sobre todas as outras matérias que se relacionem com os fundos e por lei estejam dentro do âmbito das suas competências.

第五章 諮詢組織

第二十三條 諮詢組織

一、諮詢組織的組織法規應包括下列內容：

- (一) 性質、宗旨及職責；
- (二) 成員的組成、委任方式、任期及報酬；
- (三) 諮詢組織的運作；
- (四) 提供行政及技術支援的政府部門，又或倘有的秘書或秘書處及相關人員擔任的職務及報酬；
- (五) 承擔諮詢組織運作所產生財政負擔的實體。

二、諮詢組織的成員委任及任期應遵守下列規定：

- (一) 在委任成員前，應送交行政公職局就有關委任提供意見；
- (二) 除政府代表外，成員每屆任期上限為三年，可連任，但最長任期不得超過六年，且最多僅可同時出任三個諮詢組織。

三、對諮詢組織提供行政及技術支援方面，應遵守下列規定：

- (一) 由相應政策領域的監督實體或政府部門支援其運作；
- (二) 僅在無相應政策領域的政府部門的情況下，方可設秘書或秘書處；
- (三) 如設秘書處，只可設一名秘書長負責領導及協調秘書處的工作；屬全職擔任職務的秘書長須由行政長官委任。

CAPÍTULO V

Organismos consultivos

Artigo 23.º

Organismos consultivos

1. Dos diplomas orgânicos dos organismos consultivos devem constar:

- 1) A natureza, as finalidades e as atribuições;
- 2) A composição, forma de nomeação, mandato e remuneração dos membros;
- 3) O funcionamento dos organismos consultivos;
- 4) Os serviços do Governo que prestem apoio administrativo e técnico ou, se houver, o secretário ou secretariado e as funções exercidas e remuneração do respectivo pessoal;

5) As entidades que suportem os encargos financeiros decorrentes do funcionamento dos organismos consultivos.

2. A nomeação e o mandato dos membros dos organismos consultivos devem observar as seguintes disposições:

- 1) A nomeação dos membros deve ser precedida de parecer prévio do SAFP sobre a proposta de nomeação;
- 2) Com excepção dos representantes do Governo, os membros têm um mandato com duração máxima de três anos por cada período, renovável, e a duração não pode totalizar mais de seis anos, podendo apenas os membros fazer parte simultaneamente de três organismos consultivos, no máximo.

3. Quanto à prestação do apoio administrativo e técnico aos organismos consultivos, devem ser observadas as seguintes disposições:

- 1) O apoio ao seu funcionamento é assegurado por entidade tutelar ou serviços do Governo, da área política correspondente;
- 2) A criação de secretário ou secretariado só é permitida quando não haja serviço do Governo na área política correspondente;
- 3) O secretariado, quando exista, pode dispor apenas de um secretário-geral, ao qual compete dirigir e coordenar o trabalho do secretariado e, quando se trate de secretário-geral que exerça funções a tempo inteiro, é nomeado pelo Chefe do Executivo.

第二十四條

架構

Artigo 24.º

Estrutura

諮詢組織均不下設任何附屬單位，亦沒有本身人員編制。

Os organismos consultivos não constituem qualquer subunidade, nem têm quadro de pessoal próprio.

第六章

過渡及最後規定

CAPÍTULO VI

Disposições transitórias e finais

第二十五條

公共部門及實體的合併及撤銷

Artigo 25.º

Fusão e extinção de serviços e entidades públicos

一、在下列情況下，公共部門及實體應予以合併或撤銷：

1. Os serviços e entidades públicos devem ser fundidos entre si ou extintos nas seguintes situações:

(一) 任務或目標已完成；

1) Quando tenham sido concluídas as suas missões ou objectivos;

(二) 職能明顯萎縮、或與其他公共部門及實體的職能出現重疊；

2) Quando haja uma manifesta redução ou sobreposição das funções com as de outros serviços e entidades públicos;

(三) 以其他方式履行相關職能較符合效益。

3) Quando o cumprimento das respectivas funções por outros meios seja mais eficaz.

二、如公共部門或實體被撤銷或合併，則相關法規應訂定其工作人員轉入其他公共部門或實體，為此應優先轉入將履行原有的全部或部分職責的公共部門或實體。

2. Em caso de extinção ou fusão de serviços ou entidades públicos, os respectivos diplomas devem definir a transição dos seus trabalhadores para outros serviços ou entidades públicos, devendo, para o efeito, ser feita prioritariamente para os que venham a cumprir todas ou parte das atribuições originárias daqueles.

三、如自治部門被撤銷或合併，則相關法規尚應訂定其權利及義務的歸屬安排。

3. Em caso de extinção ou fusão de serviços autónomos, os respectivos diplomas devem também definir o destino dos seus direitos e obrigações.

第二十六條

授權

Artigo 26.º

Delegação de competências

一、行政長官可將其對各公共部門及實體的執行權限，以行政命令授予在相關施政領域行使職權的司長，又或授予直屬於行政長官的公共部門及實體的領導。

1. O Chefe do Executivo pode delegar, por ordem executiva, as suas competências executivas sobre os serviços e entidades públicos nos Secretários que exercem competências nas respectivas áreas de governação ou nos dirigentes dos serviços e entidades públicos que funcionam na sua directa dependência.

二、上款所指的授予權限，涵蓋有關公共部門及實體本身職責事宜的決定，亦涵蓋人力、財政及財產資源管理事宜的決定。

2. A delegação de competências referida no número anterior abrange a tomada de decisões sobre as matérias das atribuições próprias dos respectivos serviços e entidades públicos, bem como sobre as relativas à gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

第二十七條

組級及科級附屬單位

一、政府部門不得設立新的組級及科級附屬單位。

二、現有的組級及科級附屬單位，須在按下條規定制定新的組織法規時撤銷。

第二十八條

組織法規的檢視

各公共部門及實體須按照行政公職局編制的工作日程檢視其組織法規，並按情況提出倘有設立、重組、合併或撤銷公共部門及實體的建議，以使公共部門及實體的組織符合本行政法規的規定。

第二十九條

廢止

一、廢止八月十一日第85/84/M號法令《澳門特別行政區公共行政組織結構大綱》，但不影響下款規定的適用。

二、按照八月十一日第85/84/M號法令第十條規定設立項目的規範性文件繼續有效，直至失效或被取代為止。

第三十條

生效

本行政法規自公佈翌日起生效。

二零二五年十月三日制定。

命令公佈。

行政長官 岑浩輝

Artigo 27.º

Subunidades com nível de sector e de secção

1. Não é permitido aos serviços do Governo criar novas subunidades com nível de sector e de secção.

2. As subunidades com nível de sector e de secção existentes são extintas por ocasião da elaboração de novo diploma orgânico a efectuar nos termos do disposto no artigo seguinte.

Artigo 28.º

Revisão dos diplomas orgânicos

Os serviços e entidades públicos têm de rever os seus diplomas orgânicos de acordo com a agenda de trabalho elaborada pelo SAFP e apresentar, consoante a situação, propostas de eventual criação, reestruturação, fusão ou extinção de serviços e entidades públicos, para que a organização de serviços e entidades públicos satisfaça o disposto no presente regulamento administrativo.

Artigo 29.º

Revogação

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, é revogado o Decreto-Lei n.º 85/84/M, de 11 de Agosto (Bases gerais da estrutura orgânica da Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau).

2. Os actos normativos que constituem, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 85/84/M, de 11 de Agosto, equipas de projecto mantêm-se válidos até que estejam caducados ou sejam substituídos.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente regulamento administrativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 3 de Outubro de 2025.

Publique-se.

O Chefe do Executivo, *Sam Hou Fai*.